

ESG E GOVERNANÇA IMPULSIONAM A INTERNACIONALIZAÇÃO? EVIDÊNCIAS DE REDES DE FRANQUIAS BRASILEIRAS

ROSMARY CARDOSO SAAD
FACULDADE SEBRAE

PEDRO LUCAS DE RESENDE MELO
UNIVERSIDADE PAULISTA (UNIP)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

ESG E GOVERNANÇA IMPULSIONAM A INTERNACIONALIZAÇÃO? EVIDÊNCIAS DE REDES DE FRANQUIAS BRASILEIRAS

1 INTRODUÇÃO

O avanço da globalização, aliado à crescente relevância da sustentabilidade corporativa, tem impulsionado a internacionalização de redes de franquias brasileiras em busca de diversificação geográfica e maior legitimidade em mercados globais (Hu et al., 2023; Jiang et al., 2024). Embora os fundamentos clássicos da internacionalização, como os propostos por Dunning (2001) e North (1990), permaneçam relevantes, novas exigências institucionais vêm ressignificando os critérios estratégicos para ingresso em mercados estrangeiros. Entre esses critérios, destacam-se os fatores ESG (ambientais, sociais e de governança), cuja importância cresce diante das pressões de investidores, consumidores e reguladores por maior responsabilidade organizacional (Friede et al., 2015; Jiang et al., 2024).

Originalmente associadas à conformidade regulatória, as práticas ESG passaram a representar um diferencial competitivo, com impactos sobre reputação, mitigação de riscos e acesso a mercados mais exigentes (Hu et al., 2023). No setor de franchising, essa realidade é intensificada pela necessidade de equilibrar padronização de processos e adaptação local às expectativas dos stakeholders (Lanfranchi et al., 2021a; Perrigot et al., 2021). A replicabilidade operacional, o compartilhamento de marca e know-how, e a presença de múltiplos agentes institucionais ampliam os desafios relacionados à governança contratual e à exposição a riscos em contextos regulatórios diversos (Bretas et al., 2021; Rocha et al., 2014).

Apesar do avanço da literatura sobre internacionalização de franquias, ainda são limitados os estudos que analisam como fatores ESG influenciam as decisões estratégicas de redes brasileiras em mercados internacionais (Lanfranchi et al., 2021b; Melo et al., 2015, 2019). Grande parte das pesquisas foca em multinacionais tradicionais, deixando de lado especificidades do franchising, modelo cuja dinâmica depende fortemente da reputação da marca, da consistência dos processos e da qualidade da governança entre franqueador e franqueado (Alon et al., 2021).

Adicionalmente, os efeitos das práticas ESG sobre a internacionalização não são uniformes. Variáveis como o setor de atuação, o grau de maturidade da rede e o ambiente institucional dos países de destino podem influenciar essa relação (Duque-Grisales & Aguilera-Caracuel, 2021; Rahat & Nguyen, 2024). Torna-se necessário compreender não apenas o desempenho ESG das redes, mas também as condições institucionais e regulatórias dos mercados-alvo, que podem representar barreiras ou oportunidades à expansão.

Este estudo investiga como fatores relacionados ao desempenho ESG, à governança corporativa e ao ambiente institucional se associam ao estágio de internacionalização das redes de franquias brasileiras. A fundamentação teórica se baseia em três perspectivas complementares, teoria institucional (North, 1990; Doh et al., 2022), teoria da internalização (Dunning, 2001) e teoria dos stakeholders (Freeman, 1984), e complementadas pela abordagem da governança corporativa como eixo estruturante. Em conjunto, esses referenciais oferecem um arcabouço robusto para compreender a interação entre legitimidade, sustentabilidade e estrutura organizacional (Rovere, 2024; Lanfranchi et al., 2021a).

A pesquisa adota abordagem quantitativa, baseada em dados secundários de 131 redes de franquias brasileiras com atuação internacional em 80 países, totalizando 1.515 unidades. As informações foram obtidas junto à Associação Brasileira de Franchising (ABF) e validadas por fontes externas. Para análise, foram utilizados modelos de regressão múltipla, com separação entre economias emergentes e desenvolvidas, alinhando-se a estudos que destacam a influência do contexto institucional sobre a internacionalização (Cuervo-Cazurra et al., 2021; Shibao et al., 2024).

Este artigo contribui para o aprofundamento da literatura ao examinar, de forma integrada, como práticas ESG, governança corporativa e características institucionais dos países de destino se relacionam com os diferentes estágios de expansão internacional. Os resultados oferecem implicações para pesquisadores e gestores ao evidenciar como esses fatores interagem no processo de inserção global de redes de franquias brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A internacionalização de redes de franquias brasileiras exige o enfrentamento de ambientes institucionais heterogêneos, marcados por diferentes níveis de regulação, enforcement e exigências socioambientais. Nesse cenário, a adoção de práticas ESG e o fortalecimento da governança corporativa emergem como mecanismos centrais de desempenho, legitimação institucional e mitigação de riscos das redes em contextos regulatórios distintos (Ioannou & Serafeim, 2017; Wang et al., 2024a; Aguilera et al., 2021; Mardini, 2022).

A compreensão dessa dinâmica demanda uma abordagem teórica integrada. Este estudo propõe a articulação de quatro perspectivas que, embora tradicionalmente aplicadas de forma isolada, revelam-se complementares no contexto da internacionalização de franquias: a Teoria Institucional, a Teoria dos Stakeholders, os fundamentos da Governança Corporativa e a Teoria da Internalização. A contribuição central reside justamente nessa combinação teórica, ainda pouco explorada de forma simultânea na literatura científica, o que reforça sua relevância acadêmica (Cuervo-Cazurra et al., 2021).

A Teoria Institucional fornece a base para compreender como organizações respondem a pressões formais e informais oriundas do ambiente externo. Segundo Scott (2013), essas pressões moldam o comportamento organizacional por meio de estruturas regulatórias, normativas e culturais. No franchising, essas demandas são amplificadas pela atuação simultânea de múltiplos stakeholders, exigindo conformidade às normas locais e transnacionais. DiMaggio e Powell (1983) destacam os mecanismos de isomorfismo coercitivo, normativo e mimético como forças que impulsionam a conformidade. Jesuka et al. (2025) e Wang et al. (2024a) reforçam que a adoção de práticas ESG opera como resposta institucional, elevando a legitimidade externa e facilitando o ingresso em mercados mais exigentes.

Além disso, Stocker et al. (2022) e Peng et al. (2009) evidenciam que a percepção de risco institucional e a qualidade do enforcement regulatório impactam diretamente as decisões estratégicas das redes de franquia. Xu & Sun (2025) acrescentam que a adaptação institucional é fundamental para a manutenção da legitimidade em países com estruturas institucionais frágeis.

A Teoria dos Stakeholders complementa essa análise ao reconhecer que o sucesso organizacional depende do alinhamento às expectativas de diferentes públicos estratégicos, internos e externos (Freeman et al., 2021). No franchising internacional, essa multiplicidade torna-se ainda mais relevante, exigindo estruturas de governança capazes de assegurar padrões sustentáveis, transparência e alinhamento ético com clientes, investidores, reguladores e a sociedade civil. García-Sánchez et al. (2022) e Martínez-Ros e Merino (2023) destacam que práticas ESG consistentes influenciam positivamente a aceitação da marca e o acesso a mercados regulados, sobretudo em contextos de crescente sensibilidade socioambiental.

Além disso, estudos como o de Pillai et al. (2025) evidenciam que os ratings ESG variam significativamente entre setores e regiões, refletindo diferentes padrões de divulgação, práticas institucionais e expectativas de stakeholders, o que reforça a importância de análises setoriais na internacionalização.

Friede et al. (2015) e Legendre et al. (2024) indicam que a integração de práticas ESG tende a gerar benefícios reputacionais e financeiros, embora os efeitos variem conforme a dimensão analisada. A dimensão social, por exemplo, apresenta maior dificuldade de

mensuração, enquanto as dimensões ambiental e de governança demonstram maior previsibilidade. Narula et al. (2025) acrescentam que práticas ESG funcionam como diferencial competitivo na atração de investidores institucionais.

Nesse contexto, a Governança Corporativa emerge como pilar essencial para a internalização das práticas ESG e para a replicabilidade do modelo de negócios em contextos diversos (Bretas et al., 2024; Wu et al., 2024; Shibao et al., 2024). A governança define os mecanismos de controle, supervisão e responsabilização que viabilizam a padronização de condutas entre franqueadores e franqueados, mesmo sob diferentes pressões institucionais. Estruturas formais, como conselhos deliberativos, auditorias e códigos de conduta, contribuem para mitigar assimetrias de informação, prevenir riscos reputacionais e alinhar interesses (Aguilera et al., 2021; Doh et al., 2022).

No franchising, a governança também atua como elo entre a estratégia de expansão, a gestão da marca e o compromisso com a sustentabilidade (Jell-Ojobor et al., 2022; Perrigot et al., 2021). Mahran & Elamer (2025) evidenciam a interdependência entre governança eficaz e desempenho ESG, especialmente em mercados regulados. Lee & Choi (2023) mostram que a governança pode padronizar práticas ESG entre franqueadores e franqueados, fortalecendo a imagem institucional. Dant et al. (2011) destacam que boas práticas de governança reduzem conflitos e promovem relações mais equilibradas entre as partes.

A Teoria da Internalização (Buckley & Casson, 2016; Dunning, 2001) esclarece as decisões estratégicas sobre formas de entrada em mercados internacionais, favorecendo modelos que garantam controle sobre ativos intangíveis, como marca e reputação. Em contextos nos quais a sustentabilidade se torna vantagem competitiva, os ativos ESG são internalizados como elementos estratégicos, sobretudo diante de riscos institucionais elevados ou ambientes regulatórios rigorosos (Narula, 2022; Verbeke et al., 2022). Modelos como joint ventures, master franquias ou expansão direta permitem maior controle sobre a padronização ESG e facilitam a adaptação a diferentes contextos (Depperu et al., 2025; Lanfranchi et al., 2021a).

Grünhagen et al. (2025) e Cerviño & Baena (2024) argumentam que a escolha do modelo de entrada deve considerar o grau de institucionalização e a maturidade ESG do mercado-alvo. Ettalibi et al. (2025) observam que redes oriundas de países com menor enforcement tendem a adotar a implementação gradual de práticas ESG, ajustando-se às exigências locais.

Em conjunto, essas quatro abordagens permitem compreender como redes de franquias articulam legitimidade institucional, sustentabilidade e estruturação organizacional em sua expansão internacional. Esse arcabouço teórico fundamenta o modelo proposto, que investiga a relação entre práticas ESG, governança corporativa, riscos institucionais e o estágio de internacionalização de redes de franquias brasileiras. A seguir, apresentam-se as hipóteses de pesquisa derivadas dessa base conceitual.

3 HIPÓTESES

3.1 ESG, governança corporativa e seu impacto na internacionalização de redes de franquias

Modelos clássicos de internacionalização, como o Paradigma OLI (Dunning, 1988), destacam vantagens de propriedade, localização e internalização como fundamentos para a entrada em mercados externos. No contexto atual, tais vantagens passam a abranger também aspectos ligados à legitimidade institucional e à responsabilidade socioambiental (Verbeke et al., 2022; Narula, 2025). Nesse cenário, as práticas ESG assumem papel estratégico ao impactarem diretamente a viabilidade da expansão internacional, por meio da facilitação do acesso a capital, da mitigação de riscos reputacionais e do aumento da atratividade em mercados

regulados (Ioannou & Serafeim, 2017; García-Sánchez et al., 2022; Wang et al., 2024b; Martínez-Ros & Merino, 2023).

Empresas com bom desempenho ESG demonstram maior adaptação a diferentes contextos culturais e institucionais, favorecendo a aceitação por stakeholders locais (Jesuka et al., 2025). No entanto, práticas simbólicas (greenwashing) podem comprometer a legitimidade institucional e elevar os riscos reputacionais (Mahran & Elamer, 2025; Stocker et al., 2022; Yan, 2025).

A governança corporativa, como pilar do ESG, exerce papel central ao estruturar e controlar a expansão internacional. Estruturas bem definidas promovem transparência, reduzem assimetrias e aumentam a previsibilidade em ambientes regulatórios diversos (Aguilera et al., 2021; Shibao et al., 2024; Doh et al., 2022). No franchising, redes com governança estruturada e ESG institucionalizado conseguem replicar padrões sustentáveis, acessar parcerias e certificações e superar desafios institucionais dos países de destino (Perrigot et al., 2021; Bretas et al., 2021; Xu & Sun, 2025; Yu, Chen & Zhao, 2025).

Ainda que o impacto financeiro do ESG já seja amplamente estudado, há lacunas sobre sua influência na estratégia internacional de redes de franquias. Este estudo contribui ao propor a seguinte hipótese:

***H1:** A adoção de práticas ESG e a presença de governança corporativa estão associadas ao estágio de internacionalização das redes de franquias brasileiras.*

3.2 Moderação do setor na relação entre ESG e internacionalização

A adoção de práticas ESG não afeta igualmente todos os setores. A literatura aponta que os efeitos dessas práticas na internacionalização variam conforme a exposição regulatória, o risco reputacional e a sensibilidade à opinião pública (Narula, 2025; Verbeke et al., 2022; Wang et al., 2024b). Setores como energia, mineração e agroindústria enfrentam pressões ambientais mais intensas, enquanto serviços como tecnologia, consultoria e educação são mais cobrados por transparência, ética e inclusão (García-Sánchez et al., 2022; Doh et al., 2022). Estudos recentes também mostram que os ratings ESG variam significativamente entre setores e regiões, refletindo diferentes padrões de disclosure, práticas institucionais e exigências de stakeholders (Pillai et al., 2025).

No franchising, tais diferenças se amplificam. Enquanto redes do setor alimentício enfrentam exigências sanitárias e de sustentabilidade na cadeia de suprimentos, franquias de serviços, como saúde e beleza, são pressionadas por práticas sociais e estruturas de governança mais rígidas, especialmente em mercados regulados (Perrigot et al., 2021; Bretas et al., 2021; Jesuka et al., 2025).

A visibilidade pública também modera a pressão por ESG. Em setores com contato direto com o consumidor, como varejo e hospitalidade, as práticas sustentáveis são mais observadas e valorizadas (Martínez-Ros & Merino, 2023). Em segmentos B2B ou de menor exposição, o foco recai sobre governança e conformidade (Alodat & Hao, 2025).

Apesar dessas evidências, ainda há escassez de estudos que diferenciem os impactos da ESG por setor dentro do franchising. Este trabalho busca avançar nesse entendimento com a seguinte hipótese:

***H2:** O setor de atuação modera a relação entre práticas ESG e internacionalização das redes de franquias.*

3.3 Adoção de ESG e presença em mercados desenvolvidos

A inserção em mercados desenvolvidos é amplamente condicionada por fatores institucionais e regulatórios. Países como Alemanha, França e Canadá impõem exigências

legais rigorosas, contam com políticas públicas avançadas em sustentabilidade e abrigam consumidores altamente sensíveis às práticas ESG (Ioannou & Serafeim, 2017; Aguilera et al., 2021). Nesses contextos, o ESG deixa de representar um diferencial competitivo para se tornar um requisito essencial de aceitação institucional (García-Sánchez et al., 2022; GRI, 2024).

A Diretiva Europeia de Reporte de Sustentabilidade (CSRD) exemplifica esse rigor, afetando inclusive subsidiárias estrangeiras. Para redes brasileiras, com menor maturidade institucional, isso impõe barreiras relevantes à expansão (Lanfranchi et al., 2021a; Bretas et al., 2024). A ausência de práticas estruturadas pode gerar entraves regulatórios, altos custos de adaptação e danos reputacionais.

Em contrapartida, redes que internalizam práticas ESG de forma consistente tendem a operar com maior facilidade regulatória, beneficiando-se de aceitação institucional e vantagem reputacional (Shibao et al., 2024; Martínez-Ros & Merino, 2023). No franchising, isso inclui adequação a normas sanitárias, rastreabilidade e padrões ambientais.

No entanto, como destacam Cuervo-Cazurra et al. (2021) e Rahat e Nguyen (2024), o ESG também pode atuar como barreira à entrada em mercados desenvolvidos, exigindo padrões que desafiam a replicabilidade do modelo. Ainda há lacunas na literatura quanto ao papel do ESG na seleção dos destinos internacionais por redes de franquias.

***H3:** A adoção de práticas ESG está associada à presença de redes de franquias em mercados desenvolvidos.*

3.4 Associação entre governança corporativa e adoção de práticas ESG

Governança corporativa e práticas ESG tornaram-se dimensões interligadas nas estratégias internacionais, sobretudo em mercados mais exigentes institucionalmente. Enquanto a governança envolve controle, transparência e alinhamento entre stakeholders (Aguilera et al., 2021), o ESG expande essa lógica, incorporando preocupações ambientais, sociais e éticas (Ioannou & Serafeim, 2017; Wang et al., 2024b).

Estruturas de governança bem definidas favorecem a adoção efetiva de práticas ESG, ao mitigar o risco de greenwashing e fortalecer a legitimidade institucional (Shibao et al., 2024; Jesuka et al., 2025). Além disso, possibilitam alinhar objetivos ESG às metas estratégicas de internacionalização (García-Sánchez et al., 2022).

No franchising, essa relação se intensifica. A governança da franqueadora é fundamental para padronizar e difundir práticas ESG entre unidades, especialmente em contextos multiculturais e regulatórios diversos (Perrigot et al., 2021; Bretas et al., 2021). Boas práticas de governança facilitam a adaptação às legislações locais, reduzem custos de transação e aceleram a aceitação institucional (Yu, Chen & Zhao, 2025). Já estruturas frágeis podem gerar inconsistências entre o discurso e a prática das unidades no exterior (García-Sánchez et al., 2022).

Apesar da relevância do tema, são escassos os estudos que abordam como a governança sustenta a padronização e eficácia das práticas ESG no franchising internacionalizado. Este estudo avança nesse campo ao propor a seguinte hipótese:

***H4:** A governança corporativa está associada ao nível de adoção de práticas ESG pelas redes de franquias.*

3.5 Associação entre estágio de internacionalização, ESG e governança corporativa

A internacionalização de redes de franquias ocorre em estágios progressivos, que demandam diferentes níveis de adaptação estratégica e institucional. Conforme Rocha et al. (2014), com base em McIntyre e Huszagh (1995), esse processo pode ser dividido em quatro fases: franchising doméstico, envolvimento experimental, ativo e de longo prazo. Cada estágio

implica desafios específicos à adoção de práticas ESG e ao grau de sofisticação da governança corporativa.

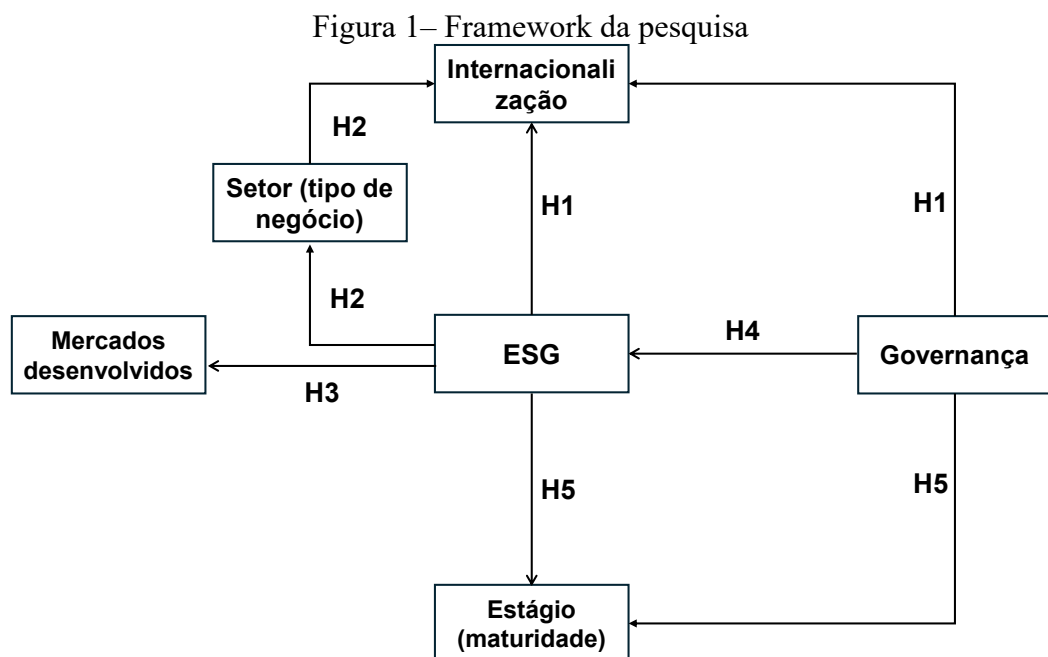
Nos estágios iniciais, o ESG tende a ser reativo e fragmentado, limitado a exigências regulatórias pontuais (Veeravel et al., 2024; Shibao et al., 2024). À medida que a rede avança para estágios mais maduros, o ESG passa a ser integrado de forma estratégica, com políticas formais e investimentos em diversidade, auditorias e projetos socioambientais transnacionais (Jesuka et al., 2025; Wang et al., 2024b). Esse avanço exige estruturas de governança mais desenvolvidas, como conselhos internacionais e comitês de sustentabilidade, capazes de garantir coerência e compliance transnacional (Aguilera et al., 2021; García-Sánchez et al., 2022).

No franchising, o desafio reside em equilibrar padronização global e adaptação local. Em mercados com baixa maturidade institucional, redes encontram dificuldades para implementar ESG avançado, enquanto acumulam, ao longo do tempo, mecanismos de transferência de conhecimento e capacitação de franqueados (Cuervo-Cazurra et al., 2021; Lanfranchi et al., 2021a). Ainda assim, faltam estudos longitudinais que relacionem a evolução da internacionalização com o desenvolvimento de ESG e governança em redes replicáveis.

Este estudo busca contribuir para esse debate ao propor a seguinte hipótese:

H5: *Estágios mais avançados de internacionalização estão associados a níveis mais altos de práticas ESG e de governança corporativa.*

Com base nas hipóteses desenvolvidas, propõe-se o modelo conceitual apresentado na Figura 1, que integra práticas ESG e governança corporativa como vetores centrais da internacionalização. O modelo pressupõe que esses elementos interagem com variáveis contextuais, como o setor de atuação, o nível institucional dos países de destino e o estágio de internacionalização da rede. Ao alinhar padrões operacionais e éticos às exigências dos mercados globais, redes com estruturas de governança consolidadas e práticas ESG bem desenvolvidas tendem a obter maior legitimidade e desempenho internacional superior.



Fonte: Autores

4 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem quantitativa, multivariada e de corte transversal, com base em dados secundários, para analisar as relações entre práticas ESG, governança corporativa e o estágio de internacionalização de redes de franquias brasileiras. A análise também contempla efeitos de moderação do setor de atuação e da presença em mercados desenvolvidos sobre essa relação. A estrutura metodológica segue padrões consolidados em pesquisas sobre franchising e sustentabilidade (García-Sánchez et al., 2022; Aguilera et al., 2021; Lanfranchi et al., 2021a; Leite et al., 2014).

A amostra é composta por 104 redes de franquias brasileiras com presença internacional confirmada por fontes públicas, operando em 69 países, dos quais 25 são desenvolvidos e 44 emergentes, totalizando 2.364 unidades internacionais. Os dados foram coletados em relatórios da ABF (2024) e nos sites institucionais das redes, abrangendo informações sobre práticas ESG, estruturas de governança e presença internacional. A classificação dos países segue os critérios do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A variável dependente é o estágio de internacionalização da rede, categorizado como ordinal com três níveis crescentes de comprometimento: envolvimento experimental (1 país), envolvimento ativo (2 a 4 países) e envolvimento de longo prazo (5 ou mais países), conforme o modelo de McIntyre e Huszagh (1995), adaptado por Rocha et al. (2023).

As variáveis independentes incluem: (i) a presença de práticas ESG, considerando ações ambientais, sociais e de governança, e (ii) a estrutura da governança corporativa, mensurada por critérios como transparência, existência de mecanismos de controle e instâncias deliberativas, como conselhos ou comitês. Ambas foram construídas com base em dados públicos e categorizadas conforme os critérios do Who's Good (2020), da RobecoSAM, ISSB (2023), e os princípios de materialidade setorial e governança de dados discutidos por Legendre et al. (2024), Ioannou & Serafeim (2023) e Cucari et al. (2023). Como variáveis moderadoras, foram utilizadas o setor de atuação (classificação ABF) e o tipo de mercado-alvo (desenvolvido ou emergente, segundo o FMI).

A análise estatística foi conduzida por meio de regressão logística ordinal, apropriada à natureza ordinal da variável dependente. A robustez do modelo foi avaliada com base no Critério de Informação de Akaike (AIC), no teste de Breusch-Pagan para heteroscedasticidade e no VIF para verificação de multicolinearidade. A qualidade do ajuste foi aferida pelo Pseudo-R² de Nagelkerke. As análises foram realizadas no software R, utilizando os pacotes Hmisc, Performance, Rsq, Sandwich e Lmtest, conforme recomendações de Zeileis et al. (2008) e Lüdtke et al. (2021).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise estatística seguiu os critérios metodológicos definidos, com foco na relação entre práticas ESG, governança corporativa e os estágios de internacionalização das redes de franquias brasileiras, com atenção às especificidades setoriais e regionais, aspectos cada vez mais relevantes nas avaliações ESG (Pillai et al., 2025).

Inicialmente, realizou-se a matriz de correlação de Spearman para verificar multicolinearidade (Tabela 1). Observou-se correlação muito forte entre ESG_23 e G_23 ($\Phi = 0,99$; $p < 0,001$), o que justifica sua análise conjunta nos modelos, conforme recomendação de Sarstedt et al. (2021). Esse achado reforça o papel da governança como pilar na consolidação das práticas ESG (Eccles et al., 2014; García-Sánchez et al., 2022; Aguilera et al., 2021).

Como os controles (SETOR e MERCADO DESENVOLVIDO) não apresentaram correlações críticas, a estrutura do modelo foi mantida. Com isso, avançou-se para os testes de regressão apresentados a seguir.

Tabela 1 - Matriz de correlação de Spearman

VARIÁVEIS	ESTÁGIO	ESG_23	G_23	SETOR	MERCADO DESENVOLVIDO
ESTÁGIO	1.00	0.39***	0.39***	-0,01**	-0,14**
ESG_23	0.39***	1.00	1,00***	0.14***	-0,25***
G_23	0.39***	1,00***	1.00	0.14***	-0,25**
SETOR	-0,01**	0.14***	0.14***	1.00	-0,23*
MERCADO DESENVOLVIDO	-0,14**	-0,25***	-0,25**	-0,23*	1.00

Notas: $p < 0.05$ (); $p < 0.01$ (); $p < 0.001$ (*)

Fonte: Autores.

A regressão linear indica associação positiva e estatisticamente significativa entre práticas ESG ($\beta = 0,2909$; $p < 0,001$), governança corporativa ($\beta = 0,2909$; $p < 0,001$) e o estágio de internacionalização das redes (Tabela 2). Esses achados confirmam a Hipótese 1 (H1) e sugerem que redes com maior alinhamento a padrões de sustentabilidade e transparência tendem a operar em mais países.

Esse resultado está alinhado à literatura, que reconhece o papel das práticas ESG na legitimação institucional e no aumento da atratividade perante stakeholders (Ioannou & Serafeim, 2017; García-Sánchez et al., 2022). A governança, por sua vez, contribui para a replicação do modelo de negócios em ambientes institucionais distintos (Aguilera et al., 2021; Khauaja & Toledo, 2011).

A sobreposição entre ESG e governança indica que ambas operam de forma integrada, dificultando a separação de seus efeitos estatísticos. Optou-se por manter ambas as variáveis separadas nos modelos para preservar a consistência teórica e analítica, conforme práticas indicadas por García-Sánchez et al. (2022) e Sarstedt et al. (2021). Esse alinhamento com padrões globais de sustentabilidade e transparência é central para a expansão internacional das redes (Alon et al., 2021; Lanfranchi et al., 2021a).

Tabela 2 - Regressão linear - Internacionalização das redes de franquias

	coef	std err	t	P> t
const	1.1176	0.055	20.242	0.000
ESG_23	0.2909	0.037	7.870	0.000
G_23	0.2909	0.037	7.870	0.000

Fonte: Autores

Nota: Devido à alta colinearidade ($\Phi = 0,9941$), ESG_23 e G_23 devem ser interpretadas de forma conjunta.

Em uma segunda etapa, para testar a Hipótese 2 (H2), estimou-se um modelo com interação entre ESG e setor de atuação. A regressão (Tabela 3) mostra que o efeito do ESG sobre a internacionalização permanece positivo e significativo ($\beta = 0,9538$; $p < 0,001$), enquanto o setor, isoladamente, próximo ao limiar de significância ($\beta = 0,0282$; $p = 0,078$). A interação ESG * SETOR é negativa e significativa ($\beta = -0,0566$; $p = 0,006$), indicando moderação parcial.

O resultado sugere que o impacto positivo do ESG é mais forte em setores sujeitos a maiores pressões institucionais e regulatórias (ex.: alimentação, saúde), sendo atenuado em segmentos menos regulados. Isso corrobora estudos que apontam o setor como elemento crítico na adoção estratégica de práticas ESG, especialmente para mitigação de riscos reputacionais e exigências de compliance (Lanfranchi et al., 2021a; Shibao et al., 2024; Leite et al., 2014).

Portanto, o efeito moderador do setor reforça a necessidade de estratégias ESG ajustadas às características de cada segmento, sem invalidar o papel positivo do ESG na internacionalização.

Tabela 3 - Regressão linear com moderação do setor

	coef	std err	t	P> t
const	2.9450	0.112	26.298	0.000
ESG_23	0.9538	0.151	6.306	0.000
SETOR	0.0282	0.016	1.767	0.078
Interação	-0.0566	0.020	-2.774	0.006

Fonte: Autores

Adicionalmente, a Hipótese 3 (H3) postulava que redes com práticas ESG bem estruturadas tendem a expandir para mercados desenvolvidos, dada a maior exigência regulatória e a conscientização socioambiental nesses contextos.

A regressão logística binária (Tabela 4), tendo como variável dependente a presença em mercados desenvolvidos (1 = sim; 0 = não), revelou coeficiente negativo e significativo ($\beta = -1,0371$; $p < 0,001$), o que, neste modelo, indica que maiores níveis de ESG estão associados a uma maior probabilidade de presença em mercados desenvolvidos. O modelo apresentou Pseudo R² de 4,60%, valor aceitável para esse tipo de modelagem (Menard, 2002).

O resultado corrobora estudos que destacam o ESG como diferencial competitivo em países com padrões institucionais mais exigentes, facilitando o acesso e a legitimação das redes (Pulino et al., 2022; Stocker et al., 2022; Khauaja & Toledo, 2011). Além do poder de consumo, a conformidade com normas internacionais de sustentabilidade e governança torna-se um requisito para entrada nesses mercados (Lanfranchi et al., 2021b).

Embora o ESG se mostre relevante, reconhece-se que fatores como reputação institucional, recursos financeiros e redes de relacionamento também impactam a escolha do destino internacional.

Tabela 4 - Regressão logística binária – Expansão para mercados desenvolvidos e ESG

	coef	std err	z	P> t
const	0.0131	0.162	0.081	0.936
ESG_23	-1.0371	0.230	-4.513	0.000

Fonte: Autores

A Hipótese 4 (H4) afirmava que estruturas bem definidas de governança corporativa favorecem a adoção eficaz de práticas ESG. A análise de correlação de Phi entre G_23 (governança) e ESG_23 confirmou essa relação, com coeficiente extremamente elevado ($\Phi = 0,9941$; $p < 0,001$), conforme Tabela 5.

Essa forte associação estatística revela que, nas redes de franquias analisadas, a governança funciona como base estruturante para práticas ESG. Isso está alinhado à literatura, que aponta a governança como mecanismo institucionalizador das agendas socioambientais, especialmente por meio de conselhos independentes, transparência e auditoria (Eccles et al., 2014; Aguilera et al., 2021; García-Sánchez et al., 2022).

No franchising, tal relação é ainda mais crítica, já que a disseminação uniforme de padrões ESG entre franqueador e franqueados exige estruturas de controle e padronização, funções típicas da governança (Lanfranchi et al., 2021b). Assim, ESG e governança se reforçam mutuamente, sendo difícil isolar seus efeitos em modelos estatísticos.

Tabela 5 - Correlação de Phi – ESG e Governança

Correlação de Phi	P-valor
0.9941413525686613	2.3906921951510878e-76

Fonte: Autores

A Hipótese 5 (H5) propôs que redes de franquias em estágios mais avançados de internacionalização tendem a adotar práticas ESG e estruturas de governança mais desenvolvidas. A regressão linear (Tabela 6) confirmou essa relação, com coeficientes positivos e altamente significativos para ESG_23 e G_23 ($\beta = 0,2909$; $p < 0,001$).

Esses resultados indicam que redes com presença em cinco ou mais países são também aquelas que mais se alinham a padrões internacionais de sustentabilidade e transparência, reforçando a maturidade institucional como fator de conformidade e expansão. A literatura sustenta essa relação: redes internacionalizadas buscam legitimidade institucional e adaptação às exigências de stakeholders e mercados regulados (Shibao et al., 2024; Maji & Lohia, 2023).

As evidências também dialogam com a Teoria Institucional (North, 1990), ao indicarem que práticas ESG e estruturas de governança consolidadas contribuem para a legitimação em ambientes regulatórios diversos e favorecem uma expansão internacional mais estruturada.

Vale destacar que, embora o modelo estatístico estimado para a Hipótese 5 seja semelhante ao da Hipótese 1, o foco analítico se desloca. Enquanto H1 examina o papel preditivo das práticas ESG e da governança sobre o estágio de internacionalização, H5 parte do pressuposto teórico de que redes mais internacionalizadas demonstram maior maturidade institucional e, portanto, maior aderência a padrões ESG e de governança. Essa inversão interpretativa justifica a reaplicação do modelo com novo enquadramento teórico.

Tabela 6 - Regressão linear - Estágio de internacionalização e ESG/Governança

	coef	std err	t	P> t
const	3.1176	0.055	56.465	0.000
ESG_23	0.2909	0.037	7.870	0.000
G_23	0.2909	0.037	7.870	0.000

Fonte: Autores

A integração dos modelos estatísticos reforça o papel das práticas ESG e da governança corporativa na internacionalização das franquias brasileiras. Redes com maior maturidade institucional, evidenciada por estruturas de governança consolidadas e adesão a padrões sustentáveis, atuam com mais frequência em mercados com exigências regulatórias elevadas.

A interação entre ESG e setor, embora moderada, indica que segmentos mais regulados, como alimentação e varejo de bens duráveis, respondem mais intensamente a essas práticas, enquanto franquias de serviços tendem a depender menos desse alinhamento. Essas diferenças refletem variações setoriais e regionais nos ratings ESG, relacionadas a pressões institucionais específicas e diferentes expectativas de disclosure e desempenho (Pillai et al., 2025), reforçando a importância de estratégias adaptadas às particularidades de cada setor (Shibao et al., 2024).

As evidências empíricas apoiam os pressupostos das teorias institucional (North, 1990; DiMaggio & Powell, 1983), dos stakeholders (Freeman, 1984) e da internalização (Dunning, 1988), ao mostrar que a capacidade de legitimação institucional e adaptação regulatória é diferencial competitivo. A regressão logística confirmou a maior presença de redes com práticas ESG em mercados desenvolvidos, e as análises mostraram que o avanço no estágio de internacionalização está associado ao fortalecimento da governança e da sustentabilidade, reduzindo barreiras e ampliando a aceitação internacional (Ioannou & Serafeim, 2017; García-Sánchez et al., 2022).

6 DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam que práticas ESG e governança corporativa desempenham papel estratégico na internacionalização de redes de franquias brasileiras, atuando como mecanismos institucionais que viabilizam a legitimação organizacional em contextos regulatórios diversos. A confirmação da Hipótese 1 reforça que a adoção consistente

de práticas ESG está positivamente associada a estágios mais avançados de internacionalização, sugerindo que redes com maior compromisso socioambiental e ético tendem a obter inserção mais sólida em mercados estrangeiros. Esses achados convergem com Cuervo-Cazurra et al. (2021), Aguilera et al. (2021) e Doh et al. (2022), ao indicarem que o alinhamento com normas ESG fortalece a reputação institucional, reduz riscos e facilita o diálogo com stakeholders críticos, conforme a Teoria dos Stakeholders (Freeman, 1984; Mardini, 2022).

Sob a ótica da Teoria Institucional, o ESG atua como estratégia de conformidade e diferenciação, especialmente em ambientes regulatórios complexos. Redes que internalizam essas exigências tornam-se mais legítimas, facilitando sua aceitação local e o acesso a recursos (Lanfranchi et al., 2021a; Cuervo-Cazurra et al., 2021). Não se limita à conformidade formal ou ao marketing, mas funciona como vetor de adaptação em contextos de maturidade institucional variável (Ioannou & Serafeim, 2017).

A confirmação da Hipótese 2 evidenciou que o setor de atuação modera a relação entre ESG e internacionalização. Setores de alta visibilidade e regulação mais intensa, como alimentação, saúde, educação e varejo, mostraram maior sensibilidade à adoção de práticas ESG. Esse resultado é coerente com García-Sánchez et al. (2022) e Pillai et al. (2025), que destacam a materialidade setorial como fator crítico para o tipo de disclosure esperado. Nessas indústrias, o custo reputacional da não conformidade é elevado, estimulando redes a anteciparem demandas regulatórias como forma de mitigar riscos e reforçar legitimidade (Aguilera et al., 2021). Esse comportamento revela uma propensão ao ativismo institucional estratégico (Cuervo-Cazurra et al., 2021), em que as redes se posicionam como líderes éticos e sustentáveis (Ioannou & Serafeim, 2017).

A validação da Hipótese 3 indicou que o tipo de economia de destino influencia a efetividade das práticas ESG. Em países desenvolvidos, com maior enforcement regulatório e padrões normativos consolidados, observou-se associação positiva entre ESG e internacionalização. Nesses ambientes, o ESG torna-se pré-requisito competitivo (Ioannou & Serafeim, 2017; Aguilera et al., 2021; Lanfranchi et al., 2021a). Já em mercados emergentes, com instituições mais frágeis, esse efeito é atenuado, dado o menor grau de valorização do ESG pelos stakeholders locais (Wang et al., 2024a), o que pode representar barreiras à entrada para redes com perfil altamente sustentável.

A análise da Hipótese 4 reforçou a governança corporativa como base para a consolidação do ESG no franchising. Embora a forte colinearidade com os demais indicadores ESG ($\Phi = 0,9941$) tenha impedido sua análise isolada, os dados empíricos e o arcabouço teórico confirmam sua centralidade. Para Aguilera et al. (2021), arranjos de governança bem estabelecidos promovem transparência, controle e accountability, reduzindo o risco de greenwashing. No contexto das franquias, a governança é ainda mais estratégica: a replicabilidade do modelo e a coerência entre franqueador e franqueados dependem de sistemas que assegurem padronização e conformidade com diretrizes ESG (Perrigot et al., 2021). Doh et al. (2022) reforçam que uma governança bem estruturada fortalece a reputação e o acesso a recursos financeiros.

Esse alinhamento entre governança e ESG converge com a Teoria Institucional, ao evidenciar como redes respondem a pressões regulatórias, normativas e miméticas mediante a internalização de práticas legitimadoras (DiMaggio & Powell, 1983; Cuervo-Cazurra et al., 2021). Mesmo sem evidência estatística isolada, a governança surge como elo essencial entre o ESG e a internacionalização bem-sucedida das redes.

A confirmação da Hipótese 5 evidenciou que redes em estágios mais avançados de internacionalização tendem a apresentar práticas ESG mais consolidadas e estruturas de governança mais robustas. Esse achado indica uma lógica de retroalimentação institucional, na qual a atuação em mercados exigentes promove aprendizado organizacional e estimula adaptação interna (Aguilera et al., 2021; Wang et al., 2024b). A Teoria da Internalização

(Buckley & Casson, 1976) mostra que a incorporação de padrões internacionais reduz incertezas e amplia o controle estratégico das redes. Assim, a internacionalização demanda capacidades institucionais bem desenvolvidas e favorece sua consolidação, posicionando ESG e governança como ativos estratégicos de longo prazo.

Esses achados também dialogam com a lógica evolutiva do comprometimento internacional proposta por McIntyre & Huszagh (1995) e adaptada ao contexto do franchising brasileiro por Rocha et al. (2023). Redes em estágio de envolvimento de longo prazo demonstram maior maturidade institucional, capacidade de absorção e alinhamento com os padrões exigidos globalmente, evidenciando que ESG e governança evoluem em sincronia com a trajetória de internacionalização.

7 CONCLUSÕES

Este estudo analisou a relação entre práticas ESG, governança corporativa e a internacionalização de redes de franquias brasileiras, com foco em sua atuação em mercados desenvolvidos e emergentes. A originalidade da pesquisa está na integração quantitativa desses três elementos em um campo ainda pouco explorado, sobretudo com comparação entre tipos de economia. Os resultados indicam que redes com estruturas de governança bem estabelecidas e alinhamento efetivo com práticas ESG tendem a apresentar maior propensão à expansão internacional, confirmando a literatura que associa maturidade institucional e exigências regulatórias à sensibilidade do mercado à sustentabilidade (Ioannou & Serafeim, 2017; Aguilera et al., 2021; Wang et al., 2024a). Tais evidências reforçam o papel do ESG como mecanismo de legitimidade organizacional em contextos regulatórios diversos.

A principal contribuição teórica do estudo está na articulação entre abordagens complementares, como a Teoria Institucional, a Teoria dos Stakeholders e os princípios da Governança Corporativa. Demonstrou-se que a governança atua como eixo estruturante e facilitador da adoção de práticas ESG, especialmente em redes com atuação transnacional. Aguilera et al. (2021) destacam que estruturas de governança bem estabelecidas fortalecem a legitimidade institucional, enquanto Jesuka et al. (2025) enfatizam seu papel na articulação entre sustentabilidade e desempenho internacional. No franchising, esse aspecto é particularmente relevante, dada a descentralização do modelo e os desafios de padronização em múltiplos países (Perrigot et al., 2021). Doh et al. (2022) argumentam que sistemas bem estruturados favorecem o alinhamento estratégico e o desempenho sustentável internacional.

O estudo também avança na compreensão da internacionalização ao mostrar que redes mais maduras tendem a internalizar melhor as diretrizes ESG, convertendo essas práticas em vantagem competitiva e fator de legitimação nos mercados-alvo. Lanfranchi et al. (2021a) sugerem que o estágio de maturidade influencia a capacidade adaptativa das redes aos ambientes institucionais externos, e Wang et al. (2024b) complementam que essa adaptação está diretamente ligada ao grau de engajamento com a sustentabilidade. Essa retroalimentação entre internacionalização e institucionalização interna também se alinha à Teoria da Internalização (Buckley & Casson, 1976), segundo a qual a incorporação de padrões globais reduz incertezas e amplia o controle sobre operações transnacionais. A categorização de McIntyre e Huszagh (1995), adaptada por Rocha et al. (2023), permitiu captar os diferentes estágios de maturidade internacional e reforçar essa lógica.

A relação entre ESG e a seleção de mercados-alvo também se destaca. Em mercados desenvolvidos, onde o ambiente regulatório e a pressão social por responsabilidade corporativa são mais intensos, o ESG atua como fator de diferenciação e pré-requisito competitivo, em linha com Ioannou e Serafeim (2017) e Aguilera et al. (2021). Já em mercados emergentes, o ESG tende a operar mais como mecanismo de mitigação de riscos do que como fator direto de atratividade, evidenciando que sua efetividade depende do grau de institucionalização e da aderência aos valores culturais locais (Wang et al., 2024b; Stocker et al., 2022).

No campo gerencial, os resultados sugerem que franqueadores devem priorizar a construção de sistemas de governança capazes de difundir e monitorar práticas ESG em toda a rede. Perrigot et al. (2021) destacam que redes com governança relacional mais desenvolvida integram a sustentabilidade aos processos operacionais com maior consistência. Essa integração fortalece a reputação da marca e eleva o sucesso internacional (Xie & Zeng, 2025). García-Sánchez et al. (2022) reforçam que mecanismos internos eficazes reduzem o risco de greenwashing e ampliam a percepção de autenticidade das práticas ESG.

Socialmente, a pesquisa mostra que redes de franquia que adotam ESG de forma consistente podem influenciar positivamente o ecossistema local, principalmente em países emergentes. Segundo Wang et al. (2024a), a presença dessas redes pode induzir melhorias nos padrões institucionais, criando externalidades positivas que transcendem a lógica de mercado. Isso reforça o papel das multinacionais na difusão institucional em contextos menos regulados (Cuervo-Cazurra et al., 2021).

Reconhece-se que a amostra restrita a redes brasileiras limita a generalização para outros contextos. A abordagem quantitativa e transversal não permite captar efeitos de longo prazo nem relações causais. Pesquisas futuras podem adotar escopos internacionais, modelos longitudinais e explorar variáveis como reputação, percepção de stakeholders e capacidade de absorção, reconhecidas como determinantes para consolidar o ESG como vantagem competitiva.

Em síntese, este trabalho contribui ao campo do franchising internacional ao propor e testar um modelo integrado entre sustentabilidade, governança e estratégias de expansão. Os achados indicam que o compromisso com o ESG não é apenas uma exigência ética, mas um diferencial competitivo e institucionalmente relevante (Aguilera et al., 2021; Perrigot et al., 2021), promovendo legitimidade, mitigação de riscos e desempenho sustentável na internacionalização das redes brasileiras.

REFERÊNCIAS

- Aguilera, R. V., Aragón-Correa, J. A., Marano, V., & Tashman, P. A. (2021). The corporate governance of environmental sustainability: A review and proposal for more integrated research. *Journal of Management*, 47(6), 1468-1497.
- Alodat, A. Y., & Hao, Y. (2025). Environmental, social and governance (ESG) disclosure and firm performance: moderating role of board gender diversity and sustainability committee. *Sustainable Development*, 33(1), 636-651.
- Alon, I., Apriliyanti, I. D., & Henríquez Parodi, M. C. (2021). A systematic review of international franchising. *Multinational Business Review*, 29(1), 43-69.
- Bretas, V. P., Alon, I., Rocha, T. V., & Galetti, J. R. (2021). International governance mode choice: Evidence from Brazilian franchisors. *Journal of International Management*, 27(2), 100851.
- Bretas, V. P., Galetti, J. R., Alon, I., & Rocha, T. V. (2024). Do stakeholders matter in entry mode decisions? An investigation of international franchise governance mode choice. *Journal of Business Research*, 178.
- Buckley, P. J., & Casson, M. (2016). *The future of the multinational enterprise*. Springer.
- Cerviño, J., & Baena Graciá, V. (2024). Baena V, Cerviño J. Franchising across borders: Key factors shaping global entry mode decisions. In 50th Anniversary Conference of the European International Business Academy (EIBA) 2024 (p. 143). European International Business Academy (EIBA).
- Cuervo-Cazurra, A., Dieleman, M., Hirsch, P., Rodrigues, SB, & Zyglidopoulos, S. (2021). Mau comportamento das multinacionais. *Jornal de Negócios Mundiais*, 56 (5), 101244.
- Dant, R. P., Grünhagen, M., & Windsperger, J. (2011). Franchising research frontiers for the twenty-first century. *Journal of retailing*, 87(3), 253-268.

- Depperu, D., Galavotti, I., & Baraldi, F. (2024). Institutional distance and cross-border acquisitions into emerging markets: the moderating effect of context experience. *International Journal of Emerging Markets*, 19(5), 1449-1472.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American sociological review*, 48(2), 147-160.
- Doh, J. P., Dahan, N. M., & Casario, M. (2022). MNEs and the practice of international business diplomacy. *International Business Review*, 31(1), 101926.
- Dunning, J. H. (1988). The theory of international production. *The International Trade Journal*, 3(1), 21-66.
- Dunning, J. H. (2001). The eclectic (OLI) paradigm of international production: past, present and future. *International journal of the economics of business*, 8(2), 173-190.
- Duque-Grisales, E., & Aguilera-Caracuel, J. (2021). Environmental, social and governance (ESG) scores and financial performance of multilatinas: Moderating effects of geographic international diversification and financial slack. *Journal of Business Ethics*, 168(2), 315-334.
- Eccles, R. G., Ioannou, I., & Serafeim, G. (2014). The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance. *Management science*, 60(11), 2835-2857.
- Ettalibi, N., Arunachalam, M., Nguyen, T., & ur Rehman, K. (2025). The influence of institutional void and socio-cultural factors on the internationalization of emerging multinationals. *Research in International Business and Finance*, 73, 102605.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge University Press.
- Friede, G., Busch, T., & Bassen, A. (2015). ESG and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. *Journal of sustainable finance & investment*, 5(4), 210-233.
- García-Sánchez, I. M., Hussain, N., Khan, S. A., & Martínez-Ferrero, J. (2022). Assurance of corporate social responsibility reports: Examining the role of internal and external corporate governance mechanisms. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 29(1), 89-106.
- Grünhagen, M., Jell-Ojobor, M., Hess, J. E., & da Silva Filho, H. M. (2025). From catalyst to burden: shopping malls and franchising in Brazil. *International Journal of Retail & Distribution Management*, 53(3), 217-231.
- Hu, H., Tu, Z., Chen, A., & Huang, J. (2023). Enterprises' globalization and ESG performance. *Finance Research Letters*, 58, 104653.
- Ioannou, I., & Serafeim, G. (2017). The consequences of mandatory corporate sustainability reporting. *Harvard Business School research working paper*, (11-100).
- Ioannou, I., & Serafeim, G. (2023). What drives corporate social performance? The role of nation-level institutions. *Journal of International Business Studies*, 54(1), 14-23.
- Jell-Ojobor, M., Hajdini, I., & Windsperger, J. (2022). Governance of international franchise networks: Combining value creation and value appropriation perspectives. *Journal of Business Research*, 139, 267-279.
- Jesuka, D., Cunha, M. A., Borsatto, J. M. L. S., & Araújo, A. A. (2025). The Impact of Green Innovation and ESG Performance on Firm Debt. *BBR. Brazilian Business Review*, 22, e20231610.
- Jiang, L., Chang, Z., Yao, W., Huang, L., & Zhou, S. (2024). Transcend local for global: ESG as a legitimacy signal in the global expansion of emerging multinational enterprises. *Finance Research Letters*, 69, 106174.
- Khauaja, D. M. R., & Toledo, G. L. (2011). O processo de internacionalização de empresas brasileiras: estudo com franqueadoras. *Internext*, 6(1), 42-62.

- Lanfranchi, A. G., Melo, P. L. D. R., Borini, F. M., & Telles, R. (2021a). Institutional environment and internationalization of franchise chains: a regional and global analysis. *International Journal of Emerging Markets*, 16(4), 726-744.
- Lanfranchi, A. G., Strehlau, S., Borini, F. M., & Melo, P. L. D. R. (2021b). Does origin matter? The impact of the institutional environment of the origin country on the internationalization of franchise chains. *Multinational Business Review*, 29(1), 96-115.
- Lee, J. H., & Choi, H. M. (2023). Sustainable restaurant franchising: Franchisor social support for franchisee resilience and intention to retain business during the COVID-19 pandemic. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 54, 415-425.
- Legendre, T. S., Ding, A., & Back, K. J. (2024). A bibliometric analysis of the hospitality and tourism environmental, social, and governance (ESG) literature. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 58, 309-321.
- Leite, H. L. R., Mendonça, P. S. M., & Buzzo, E. J. (2014). Estudo de internacionalização de franquias brasileiras: desafios e barreiras. *Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas*, (1), 85-85.
- Liu, E. X., & Song, Y. (2025). ESG Performance, Environmental Uncertainty, and Firm Risk. *Journal of International Financial Management & Accounting*.
- Lüdecke, D., Patil, I., Ben-Shachar, M. S., Wiernik, B. M., Waggoner, P., & Makowski, D. (2021). see: An R package for visualizing statistical models. *Journal of Open Source Software*, 6(64), 3393.
- Mahran, K., & Elamer, A. A. (2025). Shaping ESG commitment through organizational psychological capital: the role of CEO power. *Business Strategy and the Environment*, 34(1), 690-707.
- Maji, S. G., & Lohia, P. (2023). Environmental, social and governance (ESG) performance and firm performance in India. *Society and Business Review*, 18(1), 175-194.
- Mardini, G. H. (2022). ESG factors and corporate financial performance. *International Journal of Managerial and Financial Accounting*, 14(3), 247-264.
- Martínez-Ros, E., & Merino, F. (2023). Green innovation strategies and firms' internationalization. *Industrial and Corporate Change*, 32(4), 815-830.
- McIntyre, F. S., & Huszagh, S. M. (1995). Internationalization of franchise systems. *Journal of International Marketing*, 3(4), 39-56.
- Melo, P. L. D. R., Borini, F. M., & Ogasavara, M. H. (2019). Latin American franchise internationalization: The impact of institutional environment. *Thunderbird International Business Review*, 61(2), 217-228.
- Melo, P. L. D. R., Borini, F. M., Oliveira, M. D. M., & Parente, R. C. (2015). International analysis of the countries where Brazilian franchise chains operate. *Revista de Administração (São Paulo)*, 50(1), 26-39.
- Narula, R., Rao, P., Kumar, S., & Paltrinieri, A. (2025). ESG investing & firm performance: Retrospections of past & reflections of future. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 32(1), 1096-1121.
- North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge university press.
- Peng, M. W., Sun, S. L., Pinkham, B., & Chen, H. (2009). The institution-based view as a third leg for a strategy tripod. *Academy of management perspectives*, 23(3), 63-81.
- Perrigot, R., Watson, A., & Dada, O. (2021). Sustainability and green practices: the role of stakeholder power in fast-food franchise chains. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 33(10), 3442-3464.
- Pillai, R., Islam, M. A., Sreejith, S., & Al-Malkawi, H. A. (2025). Comparative analysis of environmental, social and governance (ESG) ratings: do sectors and regions differ? *Journal of Management and Governance*, 29(1), 69-109.

- Pulino, C. S., Ciaburri, M., Magnanelli, B. S., & Nasta, L. (2022). Does ESG disclosure influence firm performance?. *Sustainability*, 14(13), 7595.
- Rahat, B., & Nguyen, P. (2024). The impact of ESG profile on Firm's valuation in emerging markets. *International review of financial analysis*, 95, 103361.
- Rocha, T. V., Borini, F. M., Spers, E. E., Ogasavara, M. H., Khauaja, D. M. R., Camargo, A., & Melo, P. L. D. R. (2014). Estágios da internacionalização das franquias brasileiras.
- Rocha, T. V., Spers, E. E., Bretas, V. P. G., Melo, P. L. D. R., Oliveira, C. L. C. D., & Pizani, C. A. (2023). Percepção da maturidade digital das redes de franquias brasileiras.
- Rovere, C. A. D. (2024). Internacionalização de Empresas: Estratégias, Benefícios e Importância Atual. *Revista Sistemática*, 14(3), 701–708.
- Sarstedt, M., Ringle, C. M., & Hair, J. F. (2021). Partial least squares structural equation modeling. In *Handbook of market research* (pp. 587-632). Cham: Springer International Publishing.
- Scott, W. R. (2013). *Institutions and organizations: Ideas, interests, and identities*. Sage publications.
- Shibao, F., da Silva, F. C., Conceição, M. M., & Gayubas, M. (2024). Governança Corporativa e ESG: Tendências e Práticas. *Journal of Sustainable Competitive Intelligence*, 14, e0465-e0465.
- Stocker, F., de Mascena, K. M. C., Abib, G., & Irigaray, H. A. R. (2022). Risk perception and internationalization of born global firms in emerging markets. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 24, 332-350.
- Veeravel, V., Murugesan, V. P., & Narayanamurthy, V. (2024). Does ESG disclosure really influence the firm performance? Evidence from India. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 95, 193-202.
- Verbeke, A., Kano, L., & Johnston, A. K. (2022). The full canvas: Exploring the bright and dark sides of international business strategy. In *The New Frontiers of International Business: Development, Evolving Topics, and Implications for Practice* (pp. 13-51). Cham: Springer International Publishing.
- Wang, F., Han, H., & Zeng, L. (2024a). The ESG performance of companies and their outward foreign direct investment: evidence from China. *International Journal of Emerging Markets*.
- Wang, S., Chen, F., & Yang, X. (2024b). Environmental, social and governance performance: Can and how it improve internationalization of Chinese A-share listed enterprises. *Heliyon*, 10(13), e33492.
- Wu, H., Sun, Q., Zhang, Z., & Wang, D. (2024). Does Board Internationalization Affect Corporate ESG Performance? Evidence from Chinese A-Share-Listed Companies. *Sustainability* (2071-1050), 16(23).
- Xie, Y., & Zeng, R. (2025). Exploring the Relationship Between Firm Internationalization and Corporate Social Responsibility: A Literature Review and Bibliometric Analysis. *Sustainability*, 17(4), 1439.
- Xu, X., & Sun, M. (2025). Digital Transformation, Internationalisation and ESG Performance of Multinational Companies. *Managerial and Decision Economics*.
- Yan, J. (2025). Internationalization, Corporate Governance, and Environmental Sustainability. *Sustainability*, 17(6), 2418.
- Yu, P., Chen, Y., & Zhao, Y. (2025). Overcoming the ESG Voids at Home: Supplier ESG Performance and the Internationalization of Emerging Market Multinational Enterprises. *Management International Review*, 1-37.
- Zeileis, A., Kleiber, C., & Jackman, S. (2008). Regression models for count data in R. *Journal of statistical software*, 27(8), 1-25.